ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 16/12/2024

Aos dezesseis dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte quatro, às 09h00m em formato híbrido, presencialmente na Sala de Gestão do Palácio das Araucárias e *online* por meio do *link* disponibilizado para todas (os), deu-se início à Assembleia Geral do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná. Conforme convocação prévia fez-se presentes: **GOVERNAMENTAIS:** DOUGLAS HENRIQUE NOVELLI (SEJU); ELLEN CUNHA (SEEC); KASSIA SARITA (ARQUIVO PÚBLICO); **SOCIEDADE CIVIL:** IVETE MARIA CARIBÉ ROCHA (SERPAJ); ALUÍZIO FERREIRA PALMAR (SINDIJOR); NORTON NOHAMA (UFPR); LUIZ FERNANDO LOPES (UFPR); ADÉLIA LOPES (SINDIJOR); CLOVIS ANTONIO (UNILA); **CONVIDADOS (AS) / PARCEIROS (AS) / COLABORADORES (AS):** MARIA APARECIDA BLANCO DE LIMA (TJPR); RENATA GOMES THEODORO; RAQUEL OSOWSKI (MPPR); CLÁUDIA HOFFMAN (MPPR/LUME); ARLETE DIAS DE MORAES; MILTON; GABRIEL (LUME); LISANDRA SILVÉRIO (ACC/SEJU); **1. Abertura:** Inicialmente, Dra. Ivete saudou a todos e todas e deu início à reunião extraordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. **2. Aprovação da pauta:** Ivete realizou a leitura da pauta para conhecimento de todos (as) e colocou-a em aprovação — sem ressalvas, aprovada. **3. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de Setembro de 2024:** Ivete perguntou se todas (os) estavam de acordo com a redação da Ata Ordinária de Setembro — sem ressalvas, aprovada, enviada via e-mail e também pelo aplicativo Whatsapp. **4. Aprovação do Calendário de 2025:** Dra Ivete pede a auxiliar que seja enviado a todos os presentes por meio do aplicativo whatsapp ou por e-mail o Calendário para considerar as datas. Jane informa que as reuniões do ano de 2025 serão mantidas todas as últimas segundas-feiras do mês (24/02, 24/03, 28/04, 26/04, 23/06, 28/07, 25/08, 29/09, 27/10, 24/11, 15/12), a partir das 15:00 horas até as 17:00 horas. Aprovado, sem ressalvas. **5. Renovação da Sala LUME:** a Desembargadora, Dra.

Maria Aparecida, relatou que, em relação ao tempo de renovação da sala Lume, houve considerável avanço, com a coleta de assinaturas dos seguintes órgãos: Ministério Público, Defensoria Pública, SERPAJ, e Secretaria de Estado. O processo foi devidamente encaminhado e registrado no sistema interno do Tribunal, aguardando a chegada do documento para ser assinado pelo Presidente. A expectativa é de que o documento seja assinado antes do Natal, sendo que, no máximo, deverá ser assinado após o recesso. Destacou-se que estão sendo realizadas tratativas para que o processo chegue à Presidência o mais rapidamente possível, com o apoio tanto interno quanto externo, visando garantir a agilidade neste processo. O Dr. Olímpio elogiou à Desembargadora pela rapidez na coleta das assinaturas do Termo de Cooperação, o que foi prontamente reconhecido por ela, que expressou seus agradecimentos a ele, ressaltando sua colaboração, bem como estendeu seus agradecimentos a todos os órgãos e à Comissão Estadual da Verdade pelo apoio prestado. A Dra. Ivete também manifestou palavras de elogio à Desembargadora, além de reiterar seu agradecimento pelo empenho e dedicação de todos os envolvidos. **6. Relato de Caso: Desaparecido Político Salvador Pereira da Silva:** Dra. Ivete passa a palavra a Aluízio que relatou que o objetivo principal da criação deste Comitê é dar continuidade aos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade, cujo mandato foi interrompido, mas cujas atividades seguem sendo realizadas por meio deste Comitê. Nesse contexto, surgiu a denúncia do desaparecimento de Salvador Pereira da Silva, ocorrido logo após o golpe de 1964. Durante a audiência pública realizada em Cascavel/Pr, no plenário da UNIOESTE, foi destacado que os primeiros dias do golpe foram marcados por extrema violência no campo. Embora se discuta amplamente a repressão nas cidades na época, como Maringá, Londrina e Curitiba, é importante salientar que a violência no campo também foi intensa, executada em conjunto pelo latifúndio, pela Polícia Militar, pela Polícia Civil e pelo Exército, com especial ênfase nas regiões com destacamento militar. A repressão foi severa sobre o grupo dos 11 e os movimentos de reforma agrária, considerados na época como um “bicho papão”. Aluízio convidou Apolo Linger Lisboa para participar da reunião e fazer o relato de caso, pois foi ele quem

trouxe esta pauta para discussão, tendo sido o responsável pela denúncia feita a Aluízio. Dra. Ivete passa a palavra a Apolo, para que ele informe a todos sobre o caso. Apolo inicia saudando a todos, agradecendo a oportunidade. Sobre a denúncia, Apolo informa que tomou conhecimento do fato através do tio da sua esposa que é natural de Salinas/MG. Este tio, atualmente com 90 anos, é o único irmão vivo de Salvador. Apolo inicia contando a história de Salvador Pereira da Silva: “Salvador saiu de Salinas em Minas Gerais, com 16 anos, sozinho, com problemas graves na família, a mãe internada em um hospital em Barbacena/ MG, uma tragédia de família muito pobre. Ele passou pelo Rio de Janeiro, depois São Paulo e depois pelo Paraná, como ele tinha experiência de roça, de família grande trabalhou no Paraná em uma plantação de algodão, e continuou por lá. Como cada irmão morava em um lugar, tinham pouco contato, pela dificuldade da época (início do século 20, mais ou menos em torno de 1930). Porém a denúncia trazida por Apolo é da década de 70. O irmão de Salvador relata para Apolo que após o governo militar de 1964, não viu mais o irmão, e que Salvador foi vereador, no que Apolo pergunta: foi vereador ou foi candidato? O irmão responde: foi eleito vereador, em Querência do Norte/ Pr, mas a partir do Golpe de 1964, não tivemos mais notícias dele. Há uns dez anos atrás, uma sobrinha de Salvador comunicou o desaparecimento dele ao Ministério da Justiça, mas não obteve notícias. Conversando com o sobrinho de Salvador que mora em Belo Horizonte/ MG, este relata lembrar do tio na sua adolescência, na década de 70, e diz saber que o tio participava de umas reuniões que era denominada Grupo dos 11, na época realizada na casa de um senhor que atendia pelo nome de Noé Brandão, esse o líder do Grupo dos 11, bastante conhecido e influente na região, também um pequeno proprietário de terra. Salvador, eleito vereador continuava participando das reuniões clandestinas do Grupo dos 11, até que foi descoberta pelo Exército. Os militares apareceram na cidade de nome Querência do Norte, na caça de todo grupo. Quando o tio Salvador ficou sabendo, deixou tudo para trás e se embrenhou para os lados do Mato Grosso, e o Exército partiu para o seu encalço. Talvez esse relato possa contribuir, disse o sobrinho. A última vez em que ele foi visto foi num

lugar denominado 27A, que o sobrinho diz desconhecer a localização deste local, ao qual pertence a Querência do Norte, quase divisa com o Mato Grosso. Até quando tivemos contato, tio Salvador Pereira da Silva não teve filhos, tocava lavouras imensas e contratava muitos homens, não sabendo se ele tinha propriedades ou se ele contratava gente para o Brandão (Noé Brandão é uma pessoa importante segundo a opinião de Apolo)". Apolo sugere que sejam procuradas informações sobre Salvador na Câmara dos Vereadores de Querência do Norte, com chances de encontrar. Relatou que buscou a certidão de nascimento de Salvador em Salinas, mas não obteve êxito devido os pais de Salvador migrarem da Chapada Diamantina para o Norte de Minas, dificultando a localização do documento. Embora o tabelião local também não tenha encontrado a certidão, existe a possibilidade de retomar a busca, pois ele sabe em qual cidade o documento pode ser encontrado. Apontou ainda que, por possuir a certidão de casamento do único irmão vivo de Salvador, acredita que isso facilitará o processo. Além disso, Apolo considera a possibilidade de que, devido às dificuldades da época, muitas pessoas não eram registradas, o que torna mais provável a obtenção de informações sobre Salvador na Prefeitura e Câmara de Vereadores de Querência do Norte, para onde ele viajou, do que no seu local de nascimento. Apolo também informou saber os nomes dos pais de Salvador. Acredita ser importante salientar que ele também foi perseguido durante a ditadura e que a informação do números de desaparecidos no Brasil por assassinato, na opinião dele foi muito maior do que o divulgado, sobretudo dos trabalhadores rurais. Relata ser "chato" divulgarem que o número de mortos foram de 400 pessoas no golpe militar, ele acredita que esses são os registrados e comprovados por DNA, e que os invisíveis, como os trabalhadores rurais e urbanos não foram contados. Finaliza deixando seus contatos a todos. Ressalta a importância da sua denúncia porque acredita que os parentes mais novos do Salvador começaram a se interessar e se politizar e este ser um assunto de interesse do país. Dra. Ivete pergunta a Apolo se ele procurou registros de Salvador nas Paróquias de Salinas, porque antigamente quando as pessoas eram batizadas, ficavam registrados. Apolo responde que não procurou nas Paróquias, por serem locais de difícil acesso.

Aluízio informa que o Comitê procederá ao envio, por meio do aplicativo Whatsapp, do relato escrito pelos familiares de Salvador e do relato fornecido por Apolo a todos os membros. Sugere que as providências sejam tomadas conforme segue: primeiramente, a elaboração de ofício direcionado à Secretaria de Justiça do Estado do Paraná, solicitando informações sobre o caso do desaparecido político Salvador; em seguida, a remessa de ofício ao Comitê de Orçamentos, com o intuito de requisitar a realização de uma investigação presencial em Querência do Norte, com o acompanhamento de especialistas, para a coleta de depoimentos de testemunhas e indivíduos envolvidos nos movimentos sindicais da época, bem como para a pesquisa nos arquivos da polícia civil e militar, de modo a viabilizar um resultado positivo e evitar a paralisação da denúncia. O Dr. Olímpio sugere a instauração de procedimento específico para apuração deste assunto, propondo que Aluízio seja designado como relator, o que é aceito por este. Ademais, sugere que seja formalizada a comunicação da instauração do referido procedimento, bem como a notificação à Comissão de Mortos e Desaparecidos. O Dr. …. sugere que seja expedido ofício à Comissão de Anistia e ao Ministério da Justiça, com o intuito de verificar a existência de qualquer procedimento em andamento, bem como ao Arquivo Nacional, uma vez que este detém informações que podem ser relevantes e úteis para a busca de dados sobre Salvador. Apolo conclui seu relato compartilhando a história do livro escrito pelo irmão de Salvador, apresentando a obra a todos os presentes e se colocando à disposição para colaborar com este Comitê, especialmente quando se dirigir a Salinas, onde se compromete a buscar provas relacionadas ao caso. A Dra. Ivete, por deliberação do Comitê, procederá à instauração do procedimento, com a designação de Aluízio para a presidência do referido procedimento. Aprovado, sem ressalvas. **7. Informações LUME:** Cláudia relatou que a última atividade pedagógica de formação do ano, previamente estabelecida no plano de trabalho, foi realizada na sala do LUME, no Centro Judiciário de Formação para os funcionários. O curso foi oferecido aos servidores concursados, terceirizados e estagiários. Em parceria com a UFPR foi realizada uma dinâmica sobre o tema da Ditadura, a qual ocorreu ao final do curso. Na ocasião, foi

realizada uma atividade com os próprios alunos simulando a abertura dos arquivos lacrados da Ditadura, abrindo os lacres e manuseando as pastas contendo as fichas dos ex-presos políticos. A atividade foi considerada bastante interessante. Fotos do evento foram enviadas no grupo para todos os membros. Quanto ao Projeto contemplado pelo Edital da Lei Aldir Blanc, foi assinado, na sexta-feira passada, o contrato com a Fundação Cultural do Município de Curitiba, sendo este o primeiro edital no qual o LUME foi contemplado, o recurso será destinado diretamente à pessoa jurídica do instituto. Está em andamento a organização da equipe responsável pela confecção do mapa, que será posteriormente entregue à sala do LUME e a este Comitê. Sobre o PROFICE, que foi o edital do Estado do Parana, que a Copel financiou, no primeiro momento depositando 70% do projeto, agora no último mês do ano depositando mais 30% completando o financiamento total do projeto. O inventário participativo será um livro no qual será contado a história da criação da sala do LUME, sendo a parte documental coordenada pela ex-colaboradora da sala do LUME, a Flávia, que contará com a colaboração da SEJU (Jane), as entrevistas serão realizadas a partir de janeiro de 2025 pela própria Cláudia. Para o próximo ano: apresentar o relatório de 2024 na primeira reunião do Comitê e discutir o plano de trabalho referente a 2025 com todos, e a ampliação da equipe com a renovação do Termo de Cooperação. A Dra. Ivete relatou que participou da abertura da última atividade pedagógica realizada no LUME, a qual considerou altamente produtiva. Destacou que esse tipo de atividade contribui para a melhoria do relacionamento com os funcionários do Centro Judiciário e parabenizou Cláudia pela organização do evento. Cláudia comenta que depois deste evento, foi procurada para receber pedidos no LUME ampliar o número de inscritos e ofertar para outros prédios do centro judiciário, e para todas as instituições no Termo de Cooperação. Jane acrescenta que as conselheiras Ellen e Adriane também participaram da atividade e solicita que compartilhem suas experiências sobre o evento. Ellen diz que a participação permitiu que ela se aprofundasse nas demandas do Comitê e foi instigada a buscar mais informações sobre os temas da ditadura. **8. Informes Gerais:** Dra. Ivete informou que assistiu uma LIVE do GGM no

dia de ontem, com o Dr. Neumari Miranda e a Dra. Eugênia Gonzaga, que informaram que no dia 10 de dezembro foi recriado o grupo de investigação de mortos e desaparecidos, com o intuito de solucionar casos de busca de corpos desaparecidos no Paraná. Relatou também sobre a possibilidade de mudar nomes de logradouros públicos que homenageiam ditadores e torturadores, porém a Constituição do Estado do Paraná não permite a mudança e sugere fazer manifestações em locais de torturas para tentar entrar com procedimento para que essa mudança ocorra, já que em São Paulo obtiveram êxito. E também sobre o ministro Flávio Dino, que colocou em pauta o julgamento dos casos de mortes e desaparecidos e de torturadores como prevê Da Corte Interamericana. Sobre a participação no IEP, na USP em SP, propuseram a criação de uma Comissão de advogados(as) para ações de causas de empresas envolvidas com a ditadura militar. Dra. Ivete menciona a homenagem feita a Jair Krischke, da qual participou da mesa em nome deste Comitê. Em relação aos 100 Anos da Marcha de Carlos Prestes, em Paranaguá, Dra. Ivete participou junto com Aluízio e destaca a importância destes eventos em relação a memória destes acontecimentos. **9. Encerramento:** Por fim, Dra. Ivete agradeceu a presença de todos (as), assim como Jane (SEJU) e deu encerramento à Assembleia Geral do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. A presente ata foi lavrada por Aline Oliveira Ferreira Romanel.